

The logo for Valemobili, featuring the word "Vale" in orange and "mobili" in white, set against a background of a modern glass building facade.

Valemobili

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
E DO AUDITOR INDEPENDENTE**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS**

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Conteúdo

Relatório da administração	4
Relatório dos auditores independentes	6
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Demonstrações do valor adicionado	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras	15

Conselho de administração

Presidente LUIZ EDUARDO LIMA FERREIRA

Membro IZAIAS CIRIOS MIGUEL JUNIOR

Membro NELSON MASSUD

Membro Observador GUSTAVO ARANHA ALVES BARRETO

Membro Observador RODRIGO OTÁVIO DIAS DE FREITAS

Diretoria

Diretor Presidente NELSON MASSUD

Diretor RODRIGO OTÁVIO DIAS DE FREITAS

Diretor LEONARDO ROCHA MAGALHÃES

Contador

FABRIZIO GAMMINO
CRC SP-330031

Relatório da administração

● Nossa história

Fundada no final de 2008, a Valemobi, uma Companhia de soluções de software para o mercado financeiro, que nasceu com o objetivo de expandir a fronteira tecnológica do universo financeiro, com soluções mais ágeis e eficazes, ferramentas descomplicadas e informações de qualidade.

Com DNA de uma inovação constante, conhecimento e tecnologia de ponta, esses são os pilares que formam a essência da nossa cultura e dos nossos produtos.

Com a missão de “conectar pessoas ao mercado financeiro através de soluções completas e inovadoras”, apoiamos desde o 1º dia os profissionais do mercado de capitais - gestores, distribuidores, administradores, a otimizar seu tempo na gestão de investimentos, nas operações e conexões do dia a dia. Este histórico de sucesso nos levou a atrair grandes clientes, fazendo com que a Valemobi se tornasse referência no mercado para os players institucionais.

Seguindo nosso espírito inovador, não paramos por aí: em um momento em que o mercado de capitais experimentava pouca evolução no Brasil, enxergamos uma forte oportunidade de soluções para pessoas físicas, carentes de um produto simples e que facilitasse o acesso as informações do mercado financeiro. Com isso, ampliamos nossa missão e passamos a ajudar também os investidores pessoa física, com o intuito de democratizar o acesso ao mercado financeiro, conectando pessoas e investimentos com informações e ferramentas de qualidade para todo perfil de investidor. Isso é realmente transformador, único, e o início de uma nova história na relação das pessoas com os investimentos.

Foi assim que em 2018 nasceu, nossa solução para pessoa física o TradeMap que, como a Valemobi, surgiu a partir de uma ideia disruptiva e hoje, é um hub financeiro com mais de 4 milhões de downloads e que possui diversos módulos e funcionalidades, desde o mercado financeiro real-time na palma de suas mãos, até acompanhamento de carteira, negociações integradas com corretoras, notícias, entre outros.

A Valemobi celebrou um marco importante na sua história em 2021, quando recebemos o aporte de uma das mais renomadas gestoras do país, a Dynamo. Esse selo de confiança chancela o excelente trabalho que realizamos, mas também acredita na visão de futuro que temos sobre o setor de tecnologia para o mercado financeiro e sobre a construção de um ecossistema que integre as pessoas físicas e os players institucionais do mercado. Isso envolveu a elevação do nível de governança, o amadurecimento e oficialização do Conselho de Administração, a estruturação das áreas financeiras e administrativas para o novo tamanho da companhia, mas, principalmente, o fortalecimento das nossas áreas de tecnologia e produtos.

Em 2022, consolidando a nossa visão de Ecossistema, com (i) o maior investimento em evolução de produtos, já realizado na Companhia; (ii) foco na pessoa física através do App de Finanças Pessoais; (iii) e mais uma ferramenta avançada de trading do mercado, o RocketTrader; (iv) além da preparação da tecnologia para que todo nosso conteúdo possa ser disponibilizado através de API, proporcionando integrações com diversos sistemas.

E, foi o ano que consagrou nosso primeiro M&A, com a aquisição do Minhas Economias, o mais tradicional aplicativo de finanças pessoais do mercado e que, fundido com a tecnologia moderna do GranaMap, nos ajudou a completar o leque de soluções que tem como objetivo facilitar toda a jornada financeira de uma

pessoa física.

Durante o ano de 2023, diante da desaceleração no mercado de investimento brasileiro, das altas taxas de juros nacional e internacional, e da preocupação na retomada do crescimento, conduziu-se um plano de reorganização da empresa com a redução do time, e otimização de áreas e produtos.

Em 2024, seguimos direcionados aos nossos valores mais fortes, com 'foco no cliente', mantendo a estabilidade do processo de reorganização, e atentos à manutenção da redução das despesas, e custos, sinergia entre as equipes e processos, e reposicionamento dos produtos.

Ao longo de 2025, o RocketTrader, nossa ferramenta avançada de Trading foi assumindo um papel importante, e de protagonismo no mercado, com estabilidade, robustez, alcançando clientes importantes, e com uma performance incomparável, diante da concorrência. O reposicionamento do Minhas Economias com a integração com o TradeMap, consolidando esse hub financeiro, permitindo aos usuários ainda mais controle, gestão e informação gerando eficiência em seus investimentos, consolida nossa empresa, e a evolução de nossas soluções no mercado.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Valemobi Consultoria Empresarial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, e sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Valemobi Consultoria Empresarial S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.”

Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que

o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Thiago de Barros Albuquerque
Contador CRC-RJ-115847/O-1

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.

Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	23.514	20.655	24.810	21.641
Contas a receber de clientes	6	6.351	5.845	6.387	5.845
Adiantamentos		369	384	370	392
Impostos e Contribuições a Recuperar		3.462	615	3.474	620
Outros Ativos		502	170	504	171
Empréstimos a receber curto prazo	7	252	1.650	252	1.650
Total ativo circulante		34.450	29.319	35.797	30.319
Realizável a longo prazo					
Investimento	8	3.255	3.097	2.359	2.359
Participações em controladas		896	738	-	-
Ágio na aquisição de investimentos		2.359	2.359	2.359	2.359
Imobilizado	9	1.430	2.041	1.430	2.041
Intangível	10	10.062	14.521	10.071	14.532
Empréstimos a receber longo prazo	7	1.444	-	1.444	-
Outros ativos		9	7	9	7
Total do ativo não circulante		16.200	19.666	15.313	18.939
Total do Ativo		50.650	48.985	51.110	49.258
Passivo					
Circulante					
Obrigações Trabalhistas	11	2.479	2.172	2.487	2.270
Fornecedores		422	453	427	456
Contas a pagar		38	11	40	11
Adiantamentos de Clientes		21	23	21	23
Receita Diferida a Apropriar		1.546	2.005	1.937	2.105
Obrigações tributárias	12/13	453	435	485	437
Provisões Natureza Trabalhista	11	1.911	1.648	1.933	1.718
Total do Passivo Circulante		6.870	6.747	7.330	7.020
Patrimônio líquido					
Capital Social	15	1.201	1.201	1.201	1.201
Ações em Tesouraria		(4.966)	(4.762)	(4.966)	(4.762)
Reservas de Capital		45.577	45.553	45.577	45.553
Reserva Legal		165	165	165	165
Reserva de Lucros		1.803	81	1.803	81
Total do patrimônio líquido		43.780	42.238	43.780	42.238
Total do Passivo		50.650	48.985	51.110	49.258

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receitas operacionais líquidas	16	<u>50.471</u>	<u>45.132</u>	<u>51.012</u>	<u>45.411</u>
Custo dos serviços prestados	17	(24.317)	(25.483)	(24.694)	(26.544)
Lucro Bruto		<u>26.154</u>	<u>19.649</u>	<u>26.318</u>	<u>18.867</u>
Despesas (Receitas) Operacionais	18				
Despesas Gerais e Administrativas		(15.490)	(15.130)	(15.451)	(15.206)
Despesas Comerciais e Marketing		(4.571)	(1.964)	(4.624)	(2.472)
Despesas com Pesquisa e Desenvolvimento		(920)	(442)	(936)	(452)
Outras Despesas/Receitas Operacionais		2.570	(711)	2.568	(711)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	19	<u>7.743</u>	<u>1.402</u>	<u>7.875</u>	<u>26</u>
Receitas Financeiras		2.930	2.233	3.063	2.291
Despesas Financeiras		(9)	(13)	(11)	(17)
Resultado de equivalência patrimonial		158	(1.322)	-	-
Lucro antes dos impostos		<u>10.822</u>	<u>2.300</u>	<u>10.927</u>	<u>2.300</u>
Impostos de Renda e Contribuição Social	20	(240)	(953)	(345)	(953)
Lucro Líquido do Exercício		<u>10.582</u>	<u>1.347</u>	<u>10.582</u>	<u>1.347</u>
Lucro líquido básico por ação (em reais)	21	0,72	0,09	0,72	0,09

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro do exercício	10.582	1.347	10.582	1.347
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-	-	-
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	10.582	1.347	10.582	1.347

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Consolidado - Atribuível aos acionistas controladores							Total
	Capital social	Reserva de Capital			Reserva de Lucros			
		Ações em Tesouraria	Ágio na Emissão de Ações	Reserva de Capital	Reserva Legal	a Realizar	Lucros Acumulados	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.201	(4.818)	45.553	-	164	9.328	-	51.428
Compra / Venda de ações em tesouraria	-	56	-	-	-	-	-	56
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(10.593)	-	(10.593)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.347	1.347
Destinação dos Resultados	-	-	-	-	1	1.346	(1.347)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.201	(4.762)	45.553	-	165	81	-	42.238
Compra / Venda de ações em tesouraria	-	(204)	24	-	-	-	-	(180)
Dividendos Distribuídos	-	-	-	-	-	(5.100)	-	(5.100)
Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	(3.760)	-	(3.760)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	10.582	10.582
Destinação dos Resultados	-	-	-	-	-	10.582	(10.582)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.201	(4.966)	45.577	-	165	1.803	-	43.780

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo das atividades operacionais				
Resultado do exercício	10.582	1.347	10.582	1.347
Ajustes por:				
Despesas com Depreciações e Amortizações	5.434	5.745	5.436	5.746
Despesas Bancárias	8	7	11	11
Juros e Encargos Financeiros	-	2	-	2
Multas de Mora	1	4	1	4
Resultado de equivalência patrimonial	(158)	1.322	-	-
Aquisição de Intangível	-	(26)	-	(26)
Baixa de Intangível	-	2.145	-	2.145
Atualização Monetária de Empréstimo	(127)	-	(127)	-
Variações nos ativos e passivos	(3.558)	(475)	(3.411)	(11)
Contas a receber de clientes	(506)	(1.775)	(542)	(1.524)
Impostos e Contribuições a Recuperar	(2.847)	1.375	(2.854)	1.370
Adiantamentos	15	37	22	29
Outros ativos	(334)	(62)	(335)	(64)
Fornecedores e prestadores de serviços	(15)	(83)	(14)	(84)
Obrigações tributárias	18	149	48	110
Obrigações trabalhistas e contingência	570	487	432	654
Receita Diferida a Apropriar	(459)	(603)	(168)	(503)
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	12.182	10.071	12.492	9.218
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(368)	(308)	(368)	(318)
Baixa de imobilizado	4	110	4	110
Empréstimos de Mútuo entre Empresas	81	(1.650)	81	(1.650)
Aquisição de Empresas	-	(1.848)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(283)	(3.696)	(283)	(1.858)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Compra/Venda de Ações	(180)	56	(180)	56
Distribuição de Dividendos	(5.100)	(10.593)	(5.100)	(10.593)
Distribuição de Juros Sobre Capital Próprio	(3.760)	-	(3.760)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(9.040)	(10.537)	(9.040)	(10.537)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.859	(4.162)	3.169	(3.178)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	20.655	24.817	21.641	24.819
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	23.514	20.655	24.810	21.641
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	2.859	(4.162)	3.169	(3.178)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valemobi Consultoria Empresarial S.A.
Demonstrações do Valor Adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Bruta	53.913	48.293	54.467	48.590
Vendas de Serviços	53.913	48.293	54.467	48.590
Insumos Adquiridos de Terceiros	(5.265)	(9.300)	(5.346)	(9.474)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(5.265)	(9.300)	(5.346)	(9.474)
Valor Adicionado Bruto	48.648	38.993	49.121	39.116
Retenções	5.434	6.255	5.436	6.255
Depreciações e amortizações	5.434	6.255	5.436	6.255
Valor Adicionado Líquido	43.214	32.739	43.685	32.861
Valor Adicionado Recebido em Transferência	2.930	2.232	2.905	3.614
Receitas Financeiras	2.930	2.232	3.063	2.291
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(158)	1.322
Valor Adicionado Total a Distribuir	46.144	34.971	46.590	36.475
Distribuição do valor adicionado	46.144	34.971	46.590	36.475
Pessoal	25.886	25.168	26.142	26.572
Remuneração direta	16.002	18.678	16.170	19.788
Benefícios	6.928	3.646	7.045	3.800
Fgts	1.400	1.513	1.423	1.586
PLR / Bônus	1.556	1.331	1.504	1.398
Impostos, Taxas e Contribuições	8.731	7.562	8.919	7.658
Impostos Municipais	1.536	1.375	1.541	1.382
Impostos Federais	6.661	5.827	6.835	5.914
Taxas e Contribuições	534	361	543	363
Remuneração de Capitais de Terceiros	945	893	947	897
Aluguéis	936	881	936	881
Despesas Financeiras	9	13	11	17
Remuneração de Capitais Próprios	10.582	1.347	10.582	1.347
Lucros Retidos	1.722	(9.246)	1.722	(9.246)
Dividendos Distribuídos	5.100	10.593	5.100	10.593
Juros sobre Capital Próprio Distribuídos	3.760	-	3.760	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Valemobi Consultoria Empresarial S.A. (“Companhia” ou “Valemobi”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida General Furtado Nascimento, 740, 5º e 6º andar – Alto de Pinheiros – São Paulo, SP. As demonstrações financeiras da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada (conjuntamente referidas como “Grupo”).

A Valemobi foi fundada em dezembro de 2008 com o objetivo de simplificar o dia a dia dos usuários do mercado financeiro através de soluções de software completas e inovadoras. A Companhia foi visionária em um momento em que as tecnologias para pessoas físicas e, principalmente, mobile ainda eram incipientes no Brasil.

Em 2009, a Companhia lançou soluções de Sell Side para corretoras e distribuidoras, e em 2014 lançou soluções de Buy Side para gestoras de investimento.

Em 2018, a Valemobi lançou o TradeMap, uma plataforma de investimentos voltada a conectar as pessoas físicas ao mercado financeiro, com ferramentas de consolidação e gestão da carteira, acompanhamento do mercado, educação financeira, negociação multibroker, entre outros. Desde então, a Valemobi vem desenvolvendo várias soluções para atender toda a jornada financeira de pessoas físicas, como o aplicativo de finanças pessoais Minhas Economias, conectando-as aos diferentes *players* do mercado financeiro, inclusive integrado ao Open Finance.

Ao final de 2023, a Companhia lançou sua mais nova plataforma avançada de Trading, o RocketTrader, desenvolvida para que todos os traders possam operar com eficiência máxima, com funcionalidades sob medida para quem quer estar à frente do mercado de trading, com simulador de operações, análise técnica avançada.

Em 2024, a Valemobi manteve o foco na consolidação desse processo, priorizando eficiência operacional, integração entre equipes, captura de sinergias e reposicionamento estratégico de seus produtos, sempre orientada pelo compromisso com a qualidade e a experiência do cliente.

Ao longo de 2025, a Companhia observou a consolidação de importantes iniciativas estratégicas. O RocketTrader ganhou relevância no mercado, destacando-se pela robustez, estabilidade e desempenho, além da conquista de clientes relevantes. Paralelamente, a integração e o reposicionamento do Minhas Economias ao ecossistema do TradeMap reforçaram a proposta de hub financeiro da Companhia, ampliando a oferta de funcionalidades e proporcionando aos usuários maior controle, gestão e eficiência em suas decisões financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia abrangem a Companhia e sua controlada, Minhas Economias Soluções Ltda. (conjuntamente referidas como “Grupo”).

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), que tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A apresentação da DVA é obrigatória para companhias de capital aberto pela legislação societária brasileira. Como consequência, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras da Companhia, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela diretoria em 28 de abril de 2026.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.4 Estimativas e julgamentos contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou premissas, estimativas contábeis e também o exercício de julgamento no processo de aplicação das políticas contábeis, em relação aos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento do Grupo. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. Políticas contábeis materiais

A seguir, apresentamos um resumo das práticas contábeis materiais adotadas pela Companhia, deixando em evidência somente as informações consideradas relevantes pela Administração.

3.1 Base de consolidação

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu desenvolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis da controlada estão alinhadas com as políticas contábeis da Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a seguinte controlada com os seguintes percentuais de participação em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

	Porcentagem de participação	
	2025	2024
Minhas Economias Soluções Ltda.	100%	100%

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, esses investimentos são avaliados através do método de equivalência patrimonial.

Saldos e transações entre as entidades e quaisquer receitas ou despesas derivadas dessas transações são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com a controlada são eliminados contra os investimentos na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Quando a entidade perde o controle de uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

3.2 Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes, as quais inexistem. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Companhia.

3.4 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

3.5 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes é reconhecido inicialmente na data em que foram prestados os serviços. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo de acordo com o CPC 47/IFRS 15) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados, prospectivamente, a partir do primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança do modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes).

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de modo irrevogável o ativo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado se, ao fazê-lo, puder eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento (algumas vezes referida como “descasamento contábil”) que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

A Companhia possui instrumentos financeiros não derivativos incluindo:

- Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado que incluem aplicações em certificados de depósito bancário (equivalentes de caixa). Essas aplicações estão avaliadas pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado.
- Instrumentos financeiros ao custo amortizado que inclui o caixa, as contas a receber de clientes, empréstimos a receber, adiantamentos a terceiros e funcionários e outros ativos.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas ao valor recuperável são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, que inclui custos de empréstimos capitalizados deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (impairment).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Computadores e periféricos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.7 Intangível e ágio

Os ativos intangíveis gerados internamente são reconhecidos ao custo incorrido com o desenvolvimento do ativo.

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita pela Companhia. E são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Para os exercícios apresentados, a Companhia não realizou baixas de ativo intangível, somente gerou as amortizações naturais a vida útil dos ativos.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Licença de Uso de Software	5 anos
Marcas, Direitos e Patentes	5 anos
Desenvolvimento de Soluções	5 anos
Software	5 anos

3.8 Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos. E os gastos com desenvolvimento diretamente associados a softwares identificáveis e únicos controlados pela Companhia são reconhecidos como ativo intangível, quando atendidos todos os aspectos a seguir:

- (i) Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;

- (ii) Há a intenção e capacidade financeira e técnica de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- (iii) Pode ser demonstrada a forma na qual o ativo intangível vai gerar benefícios econômicos futuros;
- (iv) A Companhia possui capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos intangíveis são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota 10.

3.9 Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

A Companhia, quando necessário, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Contas a pagar e fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido em até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.11 Demais ativos e demais passivos

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

3.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas através do desconto de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações através de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

3.13 Receita de contratos com clientes

O contrato de prestação de serviço com clientes é definido como um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exigíveis por escrito.

A receita é reconhecida à medida em que a Companhia satisfaz as obrigações de desempenho, na transferência de serviço acordado com o cliente. Um serviço é considerado transferido quando o cliente obtém o seu controle. Para contratos longos, a Companhia obtém evidência formal da aceitação do serviço pelo cliente.

No caso de planos anuais dos serviços de assinatura, a Receita é reconhecida de acordo com cada período de prestação dos serviços, ou seja, a cada mês do contrato vigente, permanecendo o saldo do contrato reconhecido em Receitas Diferidas a Apropriar, em nosso Passivo Circulante.

A receita na prestação de serviços a clientes é mensurada por um valor que reflete a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca dos referidos serviços.

3.14 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

3.15 Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ação da Companhia pela quantidade média ponderada de ação disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações que seriam emitidas na conversão de todas as ações potenciais diluídas em ações efetivas.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez;
- Risco de crédito; e
- Risco de mercado.

4.2 Estrutura de gerenciamento de risco

A Administração possui responsabilidade global pelo estabelecimento, supervisão e execução da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites e são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

4.3 Fatores de risco financeiro

4.3.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia em não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são monitorados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A tabela abaixo apresenta a posição dos passivos da Companhia agrupados em relação aos seus vencimentos, incluindo o pagamento de juros estimados:

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Valor	Fluxo	De 1 a 3	De 3 a 6
	contábil	de caixa	meses	meses
31 de dezembro de 2025				
Passivo				
Obrigações Trabalhistas e Contingência	4.390	4.390	878	3.512
Fornecedores e Contas a Pagar	460	460	149	311
Adiantamentos de Clientes	21	21	21	-
Obrigações tributárias	453	453	453	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	-
Total	5.324	5.324	1.501	3.823
31 de dezembro de 2024				
Passivos				
Obrigações Trabalhistas e Contingência	3.820	3.820	1.331	2.489
Fornecedores e Contas a Pagar	464	464	153	311
Adiantamentos de Clientes	23	23	23	-
Obrigações tributárias	435	435	435	-
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	-	-
Dividendos a Pagar	-	-	-	-
Total	4.742	4.742	1.942	2.800

4.3.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso a contraparte falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos depósitos com instituições financeiras, aplicações financeiras e contas a receber de clientes.

A Companhia está sujeita e limita sua exposição a riscos de crédito proveniente de suas aplicações financeiras ao investir seus recursos em certificados de depósitos bancários emitidos por grandes conglomerados financeiros, garantindo assim que só haja exposição a instituições de primeira linha.

Instituição Financeira	Critério	Rating (*)
Itaú	Moeda Local / Curto Prazo	BB+
Bradesco	Moeda Local / Longo Prazo	BB+

(*) Fonte: Fitch Ratings dez/2025.

A Companhia está sujeita ao risco, mas historicamente não sofre perdas decorrentes de falta de cumprimento de obrigações financeiras por parte dos seus clientes, já que busca minimizar este risco de crédito por um controle estrito da base de clientes, observando um nível de inadimplência muito baixo. Sua base de clientes é composta por:

- (i) pessoas jurídicas, que são instituições financeiras sólidas e estruturadas; e
- (ii) pessoas físicas, no qual a Companhia mantém um controle rigoroso e diário de conciliação das vendas, cancelamentos e recebimentos.

4.3.2 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e inflação, tenham efeitos negativos nos ganhos da Companhia. A Companhia avalia permanentemente essas oscilações, procurando renegociar seus instrumentos financeiros na medida em que esses impactam significativamente seus fluxos financeiros. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

4.3.3 Gestão de capital

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total, mas principalmente a liquidez de caixa para continuar a desenvolver os negócios futuros da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

A composição do caixa e equivalentes de caixa está detalhada a seguir:

<i>(Em milhares de Reais)</i>	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa	1	2	1	2
Bancos	39	16	39	16
Aplicações financeiras (*)	23.474	20.637	24.770	21.623
Saldo Final	23.514	20.655	24.810	21.641

(*) As aplicações financeiras apresentaram rentabilidade próxima do Certificado de Depósito Interbancário, têm liquidez imediata, com vencimento até dezembro de 2027, e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

6. Contas a receber

A composição das contas a receber por vencimento está detalhada a seguir:

Contas a receber (Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer				
Até 30 dias	4.969	4.554	5.005	4.554
De 31 dias a 60 dias	788	483	788	483
De 61 a 90 dias	114	140	114	140
De 91 a 180 dias	88	332	88	332
Acima de 180 dias	392	336	392	336
Saldo Final	6.351	5.845	6.387	5.845

As contas a receber referem-se, substancialmente, a valores a receber de clientes decorrentes da venda de prestação de serviços no curso normal das operações da Companhia.

Os saldos são reconhecidos, substancialmente, pelo valor bruto das transações realizadas, uma vez que não há componente de financiamento relevante. As taxas cobradas pelas adquirentes (MDR – Merchant Discount Rate) são reconhecidas como despesa no resultado quando incorridas.

A composição das contas a receber por faixa de vencimento está apresentada no quadro acima. Os valores classificados como “a vencer” refletem, principalmente, o cronograma de repasse das vendas realizadas por meio de cartão de crédito parcelado, não representando inadimplência de clientes. No caso das operações com clientes pessoa jurídica, não há histórico relevante de atrasos ou perdas.

A Companhia adota o modelo simplificado de perdas de crédito esperadas conforme o CPC 48. Considerando (i) que o risco de crédito está majoritariamente concentrado em adquirentes de baixo risco, (ii) o histórico de recebimentos substancialmente dentro dos prazos acordados, inclusive para clientes pessoa jurídica, e (iii) a ausência de evidências de aumento significativo no risco de crédito, a Administração concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para perdas, sendo eventual efeito considerado imaterial para as demonstrações financeiras.

A Administração monitora continuamente os riscos de crédito e entende que os saldos registrados são plenamente realizáveis na data-base.

7. Empréstimos a receber

Em 2024, a Valemobi e contraparte avaliaram uma possível operação entre as entidades, considerando a convergência de seus negócios.

A contraparte atua na área de educação financeira para pessoas e entidades, cujas finalidades incluem o planejamento financeiro. E, a Valemobi, é uma companhia de desenvolvimento e comercializa soluções tecnológicas para a gestão financeira, em especial para empresas e instituições que atuam no mercado de valores mobiliários.

Durante o exercício anterior, houve, por parte da contraparte, a necessidade de recursos para fazer frente a determinadas necessidades de caixa imediatas, durante a negociação da operação e à assinatura de documentos definitivos, e a Valemobi, nos termos e condições estabelecidas em Instrumentos de Empréstimos Pontes, dispôs a conceder empréstimos à contraparte para tal finalidade.

Foram estabelecidos três contratos de empréstimo, que totalizam um valor de R\$ 1.650, com as condições de atualização monetária pelo IPCA, adicionado a taxa de juros de 3% ao ano. Em 31 de dezembro de 2024, o vencimento dos empréstimos a receber estava previsto para janeiro de 2025.

Em janeiro de 2025, os empréstimos a receber foram parcelados em 48 parcelas, pagas mensalmente no dia 20 do mês subsequente ao vencimento. Os pagamentos tiveram início em fevereiro de 2025 e se estenderão até janeiro de 2026. O saldo a receber em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 252 no curto prazo e R\$ 1.444 no longo prazo. A parcela é composta pela amortização do principal da dívida, atualização monetária e juros, acordados. Conforme tabela abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Pagamento Anual Previsto</u>
2025	5% de amortização + Juros
2026	15% de amortização + Juros + Atualização Monetária
2027	35% de amortização + Juros + Atualização Monetária
2028	45% de amortização + Juros + Atualização Monetária
Total	100% de amortização + Juros + Atualização Monetária
<u>Ano</u>	<u>Pagamento Anual Realizado</u>
2025	\$ 81.456,10 Amortização + \$ 47.622,29 juros

8. Investimento

Empresa	Participação no capital social %		Investimento		Equivalência Patrimonial	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Minhas Economias Soluções LTDA	100%	100%	3.255	3.097	158	(1.322)

Em 2022, a aquisição da empresa Minhas Economias Soluções LTDA pela Valemobi foi concretizada. O Preço de Aquisição representa a transferência efetiva de 100% do capital social para a Valemobi. O valor acordado foi de R\$ 2.360, composto por uma primeira parcela de R\$ 2.000 paga no ato da compra e um montante adicional de R\$ 360, distribuído em 12 parcelas mensais e iguais de R\$ 30 cada. A primeira parcela adicional venceu 30 dias após o fechamento da operação, e a última foi quitada em agosto de 2023.

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2025	2024
Investimento inicial	3.097	2.571
Aumento de capital social	-	1.848
Resultado de equivalência patrimonial	158	(1.322)
Saldo Final	<u>3.255</u>	<u>3.097</u>

No exercício de 2024, foi realizado um aumento de capital social da Sociedade, totalizando R\$ 2.000, sendo que do montante total, R\$ 152 já havia sido aportado por meio de adiantamentos para futuro aumento de capital em exercícios anteriores. O capital social da Minhas Economias, anteriormente fixado em R\$ 1,490, dividido em 1.490 (mil, quatrocentas e noventa) cotas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, foi elevado para R\$ 2.001. Esse aumento ocorreu por meio da emissão de 2.000.000 (dois milhões) de novas cotas, subscritas integralmente pela Valemobi, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, as quais foram integralizadas na totalidade até 31 de julho de 2024.

Em 2025, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante positivo de R\$ 158, correspondente à sua participação no lucro da Minhas Economias Soluções LTDA, apurado de acordo com o método da equivalência patrimonial.

9. Imobilizado

		2025		
	Taxa de Depreciação		Depreciação	
	Anual	Custo	Acumulada	Líquido
Computadores e Periféricos	20%	6.760	(5.487)	1.273
Instalações	10%	20	(19)	1
Máquinas e Equipamentos	10%	236	(142)	94
Móveis e Utensílios	10%	<u>241</u>	<u>(179)</u>	<u>62</u>
Saldo Final		<u>7.257</u>	<u>(5.827)</u>	<u>1.430</u>
		2024		
	Taxa de Depreciação		Depreciação	
	Anual	Custo	Acumulada	Líquido
Computadores e Periféricos	20%	6.414	(4.585)	1.829
Instalações	10%	20	(18)	2
Máquinas e Equipamentos	10%	223	(95)	128
Móveis e Utensílios	10%	<u>241</u>	<u>(159)</u>	<u>82</u>
Saldo Final		<u>6.898</u>	<u>(4.857)</u>	<u>2.041</u>

A movimentação do imobilizado durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 ocorreu conforme quadro abaixo:

	2025	2024
Saldo Inicial do Exercício	2.041	2.970
Adições	363	308
Baixas Líquidas	(4)	(301)
Depreciações	(970)	(936)
Saldo Final	1.430	2.041

Alguns bens foram baixados no valor contábil do item do ativo imobilizado, pois não havia expectativa de benefícios futuros com a sua utilização, sendo assim, utilizou-se como base de valor de venda o valor residual do bem.

10. Intangível

Controladora				
2025				
	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Licença de Uso de Software	20%	677	(441)	236
Marcas, Direitos e Patentes	-	1	-	1
Desenvolvimento de Soluções	20%	<u>24.526</u>	<u>(14.701)</u>	<u>9.825</u>
Saldo Final		25.204	(15.142)	10.062
Controladora				
2024				
	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Licença de Uso de Software	20%	651	(316)	335
Marcas, Direitos e Patentes	-	1	-	1
Desenvolvimento de Soluções	20%	<u>24.547</u>	<u>(10.362)</u>	<u>14.185</u>
Saldo Final		25.199	(10.678)	14.521
Consolidado				
2025				
	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Licença de Uso de Software	20%	688	(444)	244
Marcas, Direitos e Patentes	-	2	-	2
Desenvolvimento de Soluções	20%	<u>24.526</u>	<u>(14.701)</u>	<u>9.825</u>
Saldo Final		25.216	(15.145)	10.071

	2024			
	Taxa de Amortização Anual	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
	Licença de Uso de Software	20%	662	(317)
Marcas, Direitos e Patentes	-	2	-	2
Desenvolvimento de Soluções	20%	24.547	(10.362)	14.185
Saldo Final		25.211	(10.679)	14.532

O Desenvolvimento de Soluções inclui projetos diversos já finalizados e que se encontram em produção como o Trademap, Rocket Trader, Minhas Economias e suas funcionalidades, os quais já vêm sendo amortizados.

A movimentação do ativo intangível durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 ocorreu conforme quadro abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo Inicial do Exercício	14.521	21.258	14.532	21.260
Adições	5	26	5	26
Baixas Líquidas	-	(2.145)	-	(2.136)
Amortizações	(4.464)	(4.618)	(4.466)	(4.618)
Saldo Final	10.062	14.521	10.071	14.532

Para os exercícios apresentados, a Companhia realizou baixa de ativo intangível dos projetos descontinuados, pois não houve benefícios adquiridos no mercado econômico. Como também, amortizações naturais a vida útil dos ativos para os intangíveis em atividade.

11. Obrigações e Provisões trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargos sociais a pagar	969	841	977	870
Provisão para participação nos resultados e bônus	1.510	1.331	1.510	1.400
Provisão trabalhista e encargos sociais	1.911	1.648	1.933	1.718
Saldo Total	4.390	3.820	4.420	3.988

12. Obrigações tributárias

Obrigações tributárias	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributos federais	99	280	130	282
Tributos municipais	215	146	216	146
Impostos retidos de terceiros	139	9	139	9
Saldo Total	453	435	485	437

13. Imposto de renda e contribuição social a recolher

A Valemobi está enquadrada no regime de tributação do Lucro Real Trimestral, com apuração dos tributos efetuada trimestralmente com base no lucro ou prejuízo antes da provisão para imposto de renda e contribuição social, conforme Nota (19). Embora tenha sido apurado lucro no exercício de 2025, não houve recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) em razão das exclusões permitidas pela legislação tributária, sobre incentivos fiscais previstos na Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem). Dessa forma, não existiam saldos de tributos a recolher em 31 de dezembro de 2025.

A controlada, Minhas Economias, opera sob o regime do lucro real, realizando apurações trimestrais com base no faturamento. No exercício de 2025, obteve lucro, houve apuração do imposto de renda e contribuição social a recolher em 31 de dezembro de 2025.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda a recolher	-	160	102	160
Contribuição social a recolher	-	57	49	57
Saldo Total	-	217	151	217

14. Partes relacionadas

Remuneração dos administradores

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta Administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo incluem pró-labore, encargos sociais, benefícios e prêmios variáveis. Os desembolsos com remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia, são resumidos como segue:

(Em milhares de Reais)	2025	2024
Pró-Labore	1.696	1.619
Bônus	-	-
Encargos	476	449
Benefícios	374	316
Saldo Total	2.546	2.384

15. Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O capital social, ao final do exercício de 2025, permanece conforme dados de 31 de dezembro de 2024 onde temos o capital social, subscrito e integralizado, da Companhia de R\$ 1.201, representado por 13.885.902 ações ordinárias, e 513.240 em ações preferenciais.

O quadro abaixo apresenta a quantidade de ações detidas por acionistas titulares de 5% ou mais das ações de emissão da Companhia, além das ações em tesouraria.

Acionistas	2025		2024	
	Ações	%	Ações	%
Nelson Massud(*)	7.374.000	51%	7.374.000	51%
Rodrigo Otávio Dias de Freitas(*)	3.023.015	21%	3.023.015	21%
Dynamo(*)	1.415.902	10%	1.415.902	10%
Outros Acionistas(*)	1.833.000	13%	1.833.000	13%
Outros Acionistas(**)	290.047	2%	350.203	2%
Tesouraria (*)	239.985	2%	239.985	2%
Tesouraria (**)	<u>223.193</u>	<u>1%</u>	<u>163.037</u>	<u>1%</u>
Saldo Total	<u>14.399.142</u>	<u>100%</u>	<u>14.399.142</u>	<u>100%</u>

(*) Ações Ordinárias

(**) Ações Preferenciais

15.2 Ações em Tesouraria

No ano de 2024, houve movimentação efetiva de saída, de ações preferenciais, em tesouraria, de 65.743, gerando o saldo de ações em tesouraria ao final de 31 de dezembro de 2024, totalizando 163.037 de ações preferenciais, e 239.985 de ações ordinárias. A apuração do valor está definida no acordo de acionista preferencialista da empresa, ou nos casos em que não se aplicar o acordo, o valor é negociado entre as partes.

No ano de 2025, houve movimentação efetiva de entrada, de ações preferenciais, em tesouraria, de 60.156, totalizando o saldo de ações em tesouraria ao final de 31 de dezembro de 2025, em 223.193 de ações preferenciais, e 239.985 de ações ordinárias.

15.3 Reservas de lucros

A reserva de retenção de lucros é composta pela reserva de retenção de lucros oriundos das destinações dos orçamentos de capital preparado pela Administração.

A Companhia segue as regras estabelecidas pela Lei das S.A, onde estabelece-se a destinação de 5% do seu lucro líquido para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social conforme Art. 193 da lei, sendo que em seu § 1º temos que a companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata § 1º do artigo 182, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social, que é o caso que se enquadra a Companhia. Assim sendo, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantém o saldo de R\$ 165 como reserva legal (2024: R\$ 165), já constituída.

15.4 Reserva de capital

O saldo da Reserva de Capital em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é composto pelos efeitos de ganhos e perdas na alienação de ações em tesouraria e pelo ágio na subscrição de novas ações.

Adicionalmente, em 22 de julho de 2022, os acionistas aprovaram por unanimidade, em Assembleia Geral Extraordinária, aumentar o capital social da Companhia de R\$ 721 para R\$ 1.201, mediante a emissão de 124.421 ações preferenciais classe A, ao preço unitário de R\$13,1626 cada, dos quais R\$ 3,8523 por ação foram destinados à conta de capital social e R\$ 9,3103 por ação destinados a Reserva de Capital, a título de ágio na subscrição de ações, nos termos do Art. 182, Parágrafo 1º, alínea “a” da Lei 6.404/ 1976.

15.5 Dividendos

Durante o ano de 2024, foram deliberados e aprovados, o pagamento do valor total de R\$ 10.593, entre distribuição e antecipação de dividendos, com aprovação pelo conselho em 30 de julho de 2024 e 28 de novembro de 2024, dentro dos trâmites e regras aplicáveis.

No ano de 2025, o valor de R\$ 5.100 (2024: R\$ 10.593) foi deliberado e pago, entre distribuição e antecipação de dividendos, com aprovação em Reunião e Conselho realizada em 31 de março de 2025.

Nos termos e para os fins de cumprimento da Lei 15.270, de 26 de novembro de 2025, a Companhia, em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2025, deliberou sobre futura distribuição de dividendos referente aos lucros apurados ainda no exercício social de 2025, e que não foram efetivamente distribuídos, até a conclusão dos trabalhos de auditoria do exercício.

15.6 Juros de Capital Próprio

Em conformidade com o artigo 9º da Lei nº 9.249/1995 e com a Lei nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), a Companhia apurou e deliberou a distribuição de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) aos seus acionistas, como forma de remuneração do capital investido.

O montante dos JCP foi calculado com base nas contas do patrimônio líquido existentes em 2025, mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no período, pro rata temporis, observados os limites legais, correspondentes ao maior entre:

- 50% do lucro líquido do exercício, após a dedução da reserva legal; ou
- 50% do saldo de lucros acumulados e reservas de lucros existentes na data da apuração.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor bruto de Juros sobre o Capital Próprio deliberado totalizou R\$ 3.760, o qual foi reconhecido diretamente no Patrimônio Líquido, com contrapartida em “Juros sobre o Capital Próprio a Pagar”, no passivo circulante e/ou não circulante.

Sobre o valor bruto dos JCP incidiu Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 15%, no montante de R\$ 507, conforme a legislação fiscal vigente, resultando em um valor líquido de R\$ 3.253 pago aos acionistas.

A distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio foi aprovada pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral Ordinária/Extraordinária realizada em 31 de março de 2025, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia.

A Administração avaliou que a distribuição dos Juros sobre o Capital Próprio está em conformidade com a legislação societária e fiscal aplicável, bem como com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

16. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Bruta	53.913	48.293	54.467	48.590
Impostos sobre vendas	(3.421)	(3.079)	(3.434)	(3.096)
Devoluções sobre vendas	(21)	(82)	(21)	(83)
Receita Líquida	50.471	45.132	51.012	45.411

A média de incidência de impostos sobre as vendas no período foi de 6,55% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (2024: 6,55%), abrangendo PIS/PASEP (Programa de Integração Social), a COFINS (Contribuição Financeira para a Seguridade Social), o ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza).

17. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos dos Serviços Prestados				
Pessoal	21.201	21.361	21.560	22.308
Serviços de Terceiros	3.116	4.122	3.134	4.236
Total custo dos serviços prestados	24.317	25.483	24.694	26.544

18. Despesas operacionais

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Gerais e Administrativas				
Pessoal	6.806	5.996	6.757	6.065
Serviços de Terceiros	1.841	1.210	1.845	1.216
Ocupação	907	845	907	845
Depreciação e amortização	5.434	6.255	5.436	6.255
Outras	502	824	506	825
Total Gerais e Administrativas	15.490	15.130	15.451	15.206
Comerciais e Marketing				
Pessoal	1.354	848	1.365	1.309
Publicidade e Propaganda	2.152	495	2.194	542
Serviços de Terceiros	894	459	894	459
Outras	171	162	171	162

Total Comerciais e Marketing	4.571	1.964	4.624	2.472
Pesquisa e Desenvolvimento				
Pessoal	504	132	504	136
Serviços de Terceiros	365	254	381	260
Outras	51	56	51	56
Total Pesquisa e Desenvolvimento	920	442	936	452
Outras (receitas)/despesas operacionais	(2.570)	711	(2.568)	711
Total	18.411	18.247	18.443	18.841

19. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras				
Aplicações Financeiras	2.930	2.233	3.063	2.291
Outras Receitas Financeiras	-	-	-	-
Total	2.930	2.233	3.063	2.291
Despesas financeiras				
Despesas Bancárias	(8)	(7)	(10)	(11)
Juros e Encargos Financeiros	-	(2)	-	(2)
Multas de Mora	(1)	(4)	(1)	(4)
Outras Despesas Financeiras	-	-	-	-
Total	(9)	(13)	(11)	(17)
Resultado financeiro	2.921	2.219	3.052	2.274

20. Imposto de renda e contribuição social

Em 2025 o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

No processo de apuração do lucro real, a Companhia efetuou os ajustes fiscais previstos na legislação, compreendendo adições e exclusões ao resultado contábil, inclusive aqueles relacionados às despesas dedutíveis e incentivos fiscais previstos na Lei nº 11.196/2005 (Lei do Bem), que concede benefícios fiscais às pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real que realizam investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica. Tais incentivos consistem, principalmente, na possibilidade de exclusão adicional dos dispêndios classificados como despesas com inovação tecnológica na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, quando atendidos os requisitos legais.

Após a realização dos referidos ajustes, inclusive aqueles decorrentes da aplicação da Lei do Bem, apurou-se prejuízo fiscal para fins de IRPJ e base de cálculo negativa da CSLL no exercício de 2025, não havendo, portanto, imposto e contribuição devidos sobre o lucro do período.

As retenções na fonte incidentes sobre rendimentos que integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL foram reconhecidas como créditos fiscais, passíveis de compensação com futuros lucros tributáveis, observada a limitação legal de 30% do lucro real do exercício para compensação de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL.

Dessa forma, mesmo diante de uma base de cálculo negativa para IRPJ e CSLL, houve a contabilização de despesa de imposto de renda e contribuição social, exclusivamente em decorrência das retenções efetuadas diretamente na fonte, conforme previsto na legislação tributária.

A apuração do imposto de renda e da contribuição social está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ e CSLL				
Lucro/Prejuízo antes de provisão tributária	10.823	2.300	10.928	2.300
(+) Adições	3.404	3.691	3.625	3.691
Total de adições	3.404	3.691	3.625	3.691
(-) Exclusões	(13.984)	(3.066)	13.987	(3.692)
Lei do Bem – 11.196/05	(4.138)	(153)	4.138	(153)
Juros sobre capital próprio – JCP	(3.761)	-	3.760	-
Créditos extemporâneos	(1.923)	-	1.923	-
Outras exclusões	(3.833)	(1.660)	3.678	(1.660)
Compensação de prejuízos fiscais	(329)	(1.254)	488	(1.254)
Base de Cálculo para IR	243	2.925	566	2.925
IRPJ	176	690	247	690
15% sobre a Base de Cálculo	111	421	164	421
10% Adicional	65	269	84	269
Base de Cálculo para CSLL	733	2.925	1.101	2.925
CSLL	66	263	99	263
9% sobre a Base de Cálculo	66	263	99	263

21. Lucro/(prejuízo) por ação

Os quadros abaixo apresentam os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros/(prejuízo) básico por ação, o cálculo não considera as ações em tesouraria e preferenciais:

	2025	2024
Lucro do Exercício (em reais)	10.028.451	1.276.274
Quantidade de ações (*)	13.645.917	13.645.917
Lucro básico por ação (em reais)	0,72	0,09

(*) Em 2025/2024, ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não teve potenciais ações ordinárias ou outro contrato que concede ao detentor o direito de ações ordinárias. Portanto, o lucro diluído por ação da Companhia no período é igual ao Lucro básico por ação.

22. Instrumentos financeiros

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, caso o valor contábil seja uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2025 – Consolidado		Valor contábil					Valor justo			
Em milhares de Reais	Nota	Obrigatoriamente a VJR - outros	VJORA - instrumento de dívida	VJORA - instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo										
Caixa e equivalentes de caixa		24.810	-	-	-	-	24.810		24.810	24.810
		24.810	-	-	-	-	24.810	-	24.810	24.810
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo										
Contas a receber de clientes					6.387		6.387			
Empréstimos a receber					1.696	-	1.696			
Adiantamentos					370		370			
Outros Ativos					513		513			
	-	-	-	-	8.966	-	8.966	-	-	-

31 de dezembro de 2024 - Consolidado	Valor contábil					Valor justo			
	Obrigatoriamente a VJR - outros	VJORA - instrumento de dívida	VJORA - instrumento patrimonial	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros mensurados ao valor justo									
Caixa e equivalentes de caixa	21.641	-	-	-	-	21.641	-	21.641	21.641
	21.641	-	-	-	-	21.641	-	21.641	21.641
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo									
Contas a receber de clientes	-	-	-	5.845	-	5.845	-	-	-
Empréstimos a receber	-	-	-	1.650	-	1.650	-	-	-
Adiantamentos	-	-	-	392	-	392	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	178	-	178	-	-	-
	-	-	-	8.065	-	8.065	-	-	-

23. Contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Empresa possuía contingências judiciais classificadas como perdas possíveis, sendo processos trabalhistas.

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis referem-se a processos trabalhistas em andamento, para os quais, com base na avaliação dos assessores jurídicos e da administração, não há probabilidade de perda que justifique o reconhecimento de provisão, conforme critérios descritos na Nota Explicativa nº 3.12.

Os valores correspondentes às ações classificadas como possíveis são divulgados exclusivamente para fins informativos, representando a melhor estimativa disponível na data das demonstrações financeiras, considerando o valor atualizado das causas quando aplicável. Nessas ações, a Empresa não espera desembolsos prováveis de recursos, mas reconhece que existe risco associado, sujeito ao andamento processual e a interpretações futuras das autoridades competentes.

As contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas da seguinte forma:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
	Valor reclamado	Valor reclamado
Riscos trabalhistas	763	-
Total	763	-

24. Eventos subsequentes

Em ata de Reunião do Conselho de Administração, realizada em 23 de fevereiro de 2026, foi aprovada a proposta da Diretoria para pagamento a título de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e distribuição de dividendos intermediários e intercalares, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2026, conforme os resultados e periodicidade de apuração da Companhia, sem a necessidade de aprovações intermediárias do Conselho de Administração durante o referido exercício.



Valemobi